



ATA ORDINÁRIA Nº 2834/2020

1
2 Aos dez dias do mês de março de dois mil e vinte, às dezessete horas e trinta minutos a
3 primeira chamada e às dezoito horas a última chamada, reuniram-se para reunião ordinária
4 do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de
5 Porto Alegre, sito Rua Av. Borges de Medeiros, nº 2244 – 6º andar/sala de reuniões, nesta
6 capital, sob a coordenação de Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do
7 Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS, e na presença dos **CONSELHEIROS**
8 **GOVERNAMENTAIS**: Lisiane Sartori Fioravanço Magni (1ª Suplente), **Departamento**
9 **Municipal de Habitação – DEMHAB**; Júlia Freitas (2ª Suplente), **Empresa Pública de**
10 **Transporte e Circulação – EPTC**; Luana Nunes (1ª Suplente), **Gabinete do Prefeito –**
11 **GP**; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), **Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da**
12 **Sustentabilidade – SMAMS**; Gisele Coelho Vargas (1ª Suplente), **Secretaria Municipal**
13 **de Desenvolvimento Econômico – SMDE**; e Er de Macedo Martins (1º Suplente),
14 **Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI. CONSELHEIROS NÃO**
15 **GOVERNAMENTAIS**: Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), **Associação Brasileira de**
16 **Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS**; Lívia Teresinha Salomão Piccinini
17 (Titular), **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**; Claudete Aires Simas
18 (Titular), **Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH**; Jorge Diogo de Jesus
19 (2º Suplente), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA**;
20 Jeanice Dias Ramos (1ª Suplente), **Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul –**
21 **CAU/RS**; Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), **Instituto de Arquitetos do Brasil –**
22 **IAB/RS**; Hermes de Assis Puricelli (Titular), **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio**
23 **Grande do Sul – SAERGS**; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), **Sindicato dos**
24 **Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS**; Rogério Dal Molin (Titular), **Sindicato**
25 **das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON**; e Mark Ramos Kuschick (Titular),
26 **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS. CONSELHEIROS DA**
27 **SOCIEDADE CIVIL**: Felisberto Seabra Luisi (Titular), **Região de Gestão de Planejamento**
28 **Um – RGP. 1**; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), **Região de Gestão de Planejamento**
29 **Dois – RGP. 2**; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), **Região de Gestão de**
30 **Planejamento Três – RGP. 3**; Tânia Maria dos Santos (Titular), **Região de Gestão de**
31 **Planejamento Quatro – RGP. 4**; Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), **Região de Gestão**
32 **de Planejamento Quatro – RGP. 5**; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular) e Gilberto da
33 Costa (1º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**; Maristela Maffei
34 (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7**; Dinar Melo de Souza (2º
35 Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8**; e Emerson Gonçalves dos
36 Santos, **Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e**
37 **Ambiental – OP-HOCDUA. SECRETARIA EXECUTIVA**: Gabrielle Aquino e André Luiz
38 Oliveira, **Secretaria Executiva, servidores da SMAMS**; Patrícia Costa Ribeiro, **Tachys**
39 **Graphen – Serviços Taquigráficos. PAUTA**: 1. Abertura; 2. Votação das Atas 2829,
40 2830, 2831, 2832 (Faltam votar as atas: 2797, 2798, 2799, 2800, 2801; 2802; 2803,
41 2825, 2826, 2829, 2830, 2831, 2832); 3. Apresentação referente ao Processo
42 002.268905.00.7 – Resp. Téc. Evandro; 4. Apresentação da instrução normativa que
43 regula a participação no Plano Diretor; 5. Comunicações; 6. Ordem do Dia. Após
44 assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às
45 18h03min. 1. **ABERTURA. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do**
46 **Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS**: Boa noite, Senhores Conselheiros. Em
47 havendo quorum a gente dá início aos nossos trabalhos, desejando uma excelente noite



48 de debates, aprendizado, discussão, amadurecimento sempre. A gente tem uma pauta
49 profunda, mas muito concisa, temos duas apresentações, a equipe do Plano também está
50 aqui, temos apresentação do responsável técnico, o Evandro. Então, a gente antes de
51 iniciar essas apresentações, fazemos a votação das Atas nº 2829, 2830 e 2831. **2.**
52 **VOTAÇÃO DAS ATAS 2829, 2830, 2831, 2832 (FALTAM VOTAR AS ATAS: 2797, 2798,**
53 **2799, 2800, 2801; 2802; 2803, 2825, 2826, 2829, 2830, 2831, 2832).** Por favor,
54 Conselheira a Claudete. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos**
55 **Humanos - ACESSO CDH:** Questão de Ordem. Eu gostaria, Secretário, de fazer duas
56 considerações, a primeira é que nós já solicitamos várias vezes que nos sejam
57 encaminhados os áudios das atas. Não cumpre sentido a gente ter apenas a ata e não ter
58 o áudio, ainda mais considerado o decurso de tempo que são passadas essas atas.
59 Depois, nós temos uma violação do princípio da continuidade de atas que não foram até
60 hoje degravadas. O Secretário nos disse que solicitou o aditivo, nós não temos
61 informações disso, o que me preocupa em relação a esse uso do dinheiro público. Por
62 quê? Porque as atas não estão servindo nem para dar transparência para a sociedade,
63 porque elas vêm muito depois do prazo, nós estamos com uma ata de janeiro e outra de
64 março, e também não serve para nós balizarmos as nossas discussões. Eu recebo as
65 atas, eu recebo as atas com muito atraso. Então, eu gostaria de reiterar os pedidos dos
66 áudios, que nos sejam enviados juntos com as atas. E reivindicar as atas passadas que
67 não foram degravadas, e que passe a ser a partir de então, a gente receber, embora o
68 prazo da taquigrafia seja 7 dias, então, que a gente tenha a ata no dia, da semana
69 passada a gente tenha a ata de hoje para a gente poder acompanhar adequadamente.
70 **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da**
71 **Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigada, Conselheira. Pode encaminhar as suas questões
72 para a Secretaria Executiva, sempre que solicitada a gente encaminhada as atas, dada a
73 disponibilidade. Passamos, então, à apreciação das atas. **Mark Ramos Kuschick**
74 **(Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Questão de
75 Ordem. Presidente, só uma sugestão, as atas são muito volumosas. Eu costumo ler as
76 atas e não é possível esse conjunto de atas, não é possível a leitura no espaço de tempo
77 que nós tivemos. Então, eu sugiro, solicito ao senhor que nós não a votemos hoje e as
78 votemos em outra sessão, em virtude do número de páginas, que envolve e solicita a
79 leitura disso. É uma petição que eu estou fazendo. **Germano Bremm, Presidente e**
80 **Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Vamos,
81 então, rapidamente, colocar em votação se há interesse deste Conselho em prorrogar o
82 prazo de votação da ata ou se a gente aprova hoje. Favoráveis à prorrogação de prazo,
83 por favor? **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos -**
84 **ACESSO CDH:** Questão de Ordem. Não há prazo para votação de ata, a ata tem que ser
85 votada conforme a adequação. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do**
86 **Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** A manifestação deve ser no microfone.
87 De qualquer forma eu coloco em votação se é interesse do Conselho, se os outros tiverem
88 interesse em ler a ata... **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos**
89 **Humanos - ACESSO CDH:** Nós não temos prazo para votação da ata, se assim fosse,
90 nós estamos com a Ata 2797, extremamente em atraso. Então, por que vamos dar prazo
91 de algo que não continua? A ACESSO vem se abstendo de fazer essas votações, até
92 porque não vem sendo cumprido o mínimo necessário, que é nos fornecer os elementos.
93 Nós precisamos dos áudios junto com as atas. **Germano Bremm, Presidente e**
94 **Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Ok,
95 Conselheira, obrigado. Coloco em votação a prorrogação do prazo para votação das atas



96 na próxima semana. Que é a favor da prorrogação de prazo, por favor? Favoráveis à
97 prorrogação do prazo? (Contagem de votos = 18 votos). Contrários à prorrogação do
98 prazo? (Contagem de votos = 01 voto). Abstenções? Então, **APROVADA A**
99 **PRORROGAÇÃO DO PRAZO**, mais uma semana para gente votar. Na sequência a
100 apresentação. Temos aqui o responsável técnico, que tem 10 minutos para a
101 apresentação. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento**
102 **Um – RGP. 1:** Questão de Ordem. Nós temos o Fernando, que é dos Amigos da Terra, ele
103 queria os 5 minutos iniciais para falar em nome... E eu pedi antes do início. Então, eu
104 gostaria que fosse respeitado o convidado da RGP. 01 Obrigado. **Germano Bremm,**
105 **Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:**
106 Só esclarecendo o item da apresentação, sendo o 6.06 da pauta. Como a gente não tem o
107 período de Comunicação neste momento, por isso que a gente deixou para posterior esse
108 momento de Comunicação. Neste momento seria a apresentação. A gente não colocou em
109 votação a inversão da pauta. Fala em Comunicação. Se há dúvida com relação à
110 apresentação primeiro, como de praxe sempre acontece, a gente pode colocar em
111 votação, se há essa possibilidade de inversão da pauta para primeiro a gente fazer as
112 apresentações e por último deixar o período de Comunicação. Favoráveis, então, à
113 interação para a apresentação do empreendedor... O senhor tem uma Questão de Ordem?
114 **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu
115 não quero me tornar importuno, mas foi solicitado, são 5 minutos só e liberar o convidado.
116 Eu peço que o Conselho tenha consideração com os Amigos da Terra, que é uma ONG
117 que presta serviços relevantes a esta cidade. Então, eu peço também ao responsável
118 técnico que decline pelo menos de 5 minutos para que os Amigos da Terra possam
119 apresentar e se colocar. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio**
120 **Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheiro, mas o período de
121 Comunicações, necessariamente, vai se dar ao final do processo, a gente vai ter essa
122 apresentação inicial, acaba que se postergando essa fala. Eu coloco em votação, então, a
123 inversão, como nós temos por hábito sempre fazer o período de Comunicação no início,
124 né, a gente tem essa metodologia, coloca em votação a inversão da pauta para a gente ter
125 as apresentações primeiro e posterior, ao final, Comunicação. Favoráveis à inversão da
126 pauta para primeiro a apresentação dos empreendedores, por último o período de
127 Comunicação. Por favor, favoráveis à inversão da pauta. (Falas concomitantes). Vocês
128 compreenderam, conselheiros? (Não). Por hábito a gente faz o período de Comunicação
129 primeiro e depois o restante da pauta. Nós estamos colocando em votação se nós fazemos
130 as apresentações dos empreendedores e a apresentação do Plano Diretor primeiro e
131 depois, por último, deixamos o período de Comunicação. É isso que eu estou colocando
132 em votação. Favoráveis à inversão da pauta para a apresentação inicial. (Contagem de
133 votos = 20 votos). Votos contrários? (Contagem de abstenções = 00 abstenções)...
134 (Manifestação fora do microfone). Vamos encerrar a votação! **Claudete Aires Simas**
135 **(Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Secretário, por
136 gentileza, se nós estamos fazendo uma votação para fazer uma inversão de pauta para
137 propiciar que convidados, como o empreendedor é um convidado também, venham
138 antecipar as suas falas, eu acho justo e igualitário que o convidado da RGP. 01 também
139 tenha propiciada a mesma oportunidade de falar no início. E que a votação não seja
140 conduzida nesse sentido. É o meu pedido. **Germano Bremm, Presidente e Secretário**
141 **Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheira
142 Claudete, mas isso não prevê o regimento, ou é o período de comunicação, ou o restante
143 da pauta, como a apresentação prevista no nosso Regimento. Nós temos 20 votos



144 favoráveis. Votos contrários, por favor, à inversão da pauta? **Claudete Aires Simas**
145 **(Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Secretário, o
146 empreendedor vai fazer a sua apresentação no momento do seu processo. **Germano**
147 **Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade -**
148 **SMAMS:** Estou colocando em votação a inversão da pauta. Votos contrários à inversão da
149 pauta para primeiro os empreendedores e a apresentação do Plano Diretor. Votos
150 contrários? (Contagem de votos = 05 votos). Abstenções? (Contagem de abstenções = 03
151 abstenções). Então, **APROVADA A INVERSÃO DA PAUTA.** Eu convido ao empreendedor
152 que faça a apresentação. Depois temos a apresentação do Plano Diretor, na sequência a
153 pauta e por último o período de Comunicações. : **3. APRESENTAÇÃO REFERENTE AO**
154 **PROCESSO 002.268905.00.7 – RESP. TÉC EVANDRO. Evandro, técnico do**
155 **empreendedor:** Boa noite. Ali é a Rua Voluntários da Pátria, um conjunto da antiga fábrica
156 de cofres, que depois virou (Inaudível). Ali é uma imagem do Google, onde está o retorno,
157 onde abrange todos os prédios. Este conjunto era composto por vários prédios, na
158 verdade, onze, muitos deles na época da aquisição já se encontravam demolidos, alguns
159 incendiados, sinistrados. A esquina é o pátio de uma escola e o seu pátio. A vista é igual,
160 sem a poligonal. Ali é uma (Inaudível) do empreendimento já consolidado, digamos assim,
161 com a restauração. O empreendimento basicamente envolve o restauro de todos os
162 pavilhões, são vários pavilhões. Na Cância Gomes existem dois pavilhões que são projetos
163 do Hotel Village. Na Almirante Barroso, no lado oposto, existem mais duas reminiscências
164 de pavilhões que não caíram e vão ser totalmente restaurados. O prédio da Voluntários da
165 Pátria, como vocês podem observar, tem um vazio porque existe uma desapropriação para
166 o recuo viário, o alagamento da avenida. Então, ali vai ser feita uma inserção nova de lojas
167 com a mesma volumetria dos prédios existentes. Aqui tem a linha de recuo viário da
168 desapropriação, que são 13 metros. Então, o prédio que está ali no alinhamento da
169 Voluntários vai ser subtraído por conta dessa desapropriação. O resto todo são armazéns
170 dos prédios originais, que vão ser simplesmente restaurados. Aqui, então, a planta baixa
171 do térreo, dessas lojas todas. Isso aqui é o conjunto novo, esse aqui é o shed, aqui é um
172 pavilhão, aqui é outro, outro, e ali a mesma coisa, são pavilhões que vão manter sua
173 individualidade e o pátio interno vai ser o estacionamento de acesso a essas lojas. Aqui é o
174 segundo pavimento, as lojas têm mezaninos basicamente, com menos de 50% da área do
175 térreo. Esse aqui é o pavimento superior do prédio da frente, que é o prédio novo, a partir
176 daqui já é a pré-existência. Aqui são cortes esquemáticos dessas estruturas existentes,
177 com as suas cotas, enfim. Essa aqui é a fachada, é a linha da Almirante Barroso. Esse
178 prédio aqui, a fachada já tombou, então, vai ser feita uma reconstituição em desenho de
179 uma fachada nova. Esse prédio aqui foi incendiado, mas a fachada dele tem todos os
180 vestígios da formação original e vai ser constituído. E aquele prédio lá, há uns dois anos,
181 em uma ventania as árvores da escola tombaram por cima dele. Então, isso já foi
182 consolidado e também vai ser restaurado. Os prédios azuis são os prédios que foram
183 projetados pelo hotel, que é o da Cância Gomes. Aqui não está aparecendo, mas são os
184 sheds do pavilhão da fábrica. Essa é a estrutura nova e a frente da Voluntários da Pátria,
185 que corresponde a este aqui. Aqui de novo são os prédios da Voluntários, que é o prédio 1,
186 o prédio 2, que já começam o prédio dos sheds, pela Cância Gomes, que vão ser lojas.
187 Aqui os azuis do hotel, com a fachada nas cores finais. O 5, que é na sequência, que é
188 esse aqui, esse outro aqui, na verdade, a formação original dele era essa, em algum
189 momento foi feita outra construção lá em cima, foi tirado o telhado e construída essa casa,
190 que vai ser removida. Como esse aqui é um prédio de compatibilização, aqui é o acesso
191 de todo o complexo, vai ser o acesso de todo o complexo. Aqui já é o Almirante Barroso no



lado oposto. Esses pavilhões aqui estão completamente descobertos, mas vai ser mantida a mesma partição. Esse aqui é o que a fachada tombou e vai ter uma reconstituição insinuada na fachada nova. Aqui é uma quina interna. Esse é o prédio que eu falei que foi incendiado, mas ele mantém ainda os vestígios de como ele era. Essa é uma foto atual, esse frontão aqui caiu há pouco tempo. Então, mas vai ser reconstituído. Aqui é o prédio onde as árvores tombaram em cima, mas também vai ser totalmente reconstituído. Essa é uma apresentação breve, se vocês tiverem alguma pergunta, por favor. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** A gente abre, então, para inscrição para questionamentos. Lembrando que a gente tem um minuto para questionamentos. (Inscrições). **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Levando em consideração o aspecto histórico, provavelmente venha o parecer do EPAHC. Já está? Deve estar no processo. Gostaria de perguntar, tem pessoas morando lá? **Evandro, técnico do empreendedor:** Não. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Bom, basicamente essa questão do EPAHC já responde também sobre a fachada, todas essas considerações, algumas preocupações, principalmente nessa região, por ser histórico. Eu fui relatora no Plano Diretor, na Câmara de Vereadores, inclusive, meu texto foi publicado. Então, interessa-me muito e agradeço no momento. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** As pergunta que eu ia fazer são justamente as que a colega fez sobre a conservação da fachada, porque é histórica, é muito linda, principalmente aquela área, que é uma área industrial, né. E uma área de grande interesse imobiliário. E se havia pessoas morando, porque falaram que ia haver uma desapropriação, se tinha pessoas morando ali naquela área que vai ser desapropriada. É isso, obrigada. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Pelo o que estamos vendo aqui na pauta, falava em uma clínica, é isso que eu entendi? **Evandro, técnico do empreendedor:** Centro comercial. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Centro comercial, pensei que tinha mais alguma coisa. A questão viária do entorno, quantidade do que vai circular, já tem esse estudo pronto? Era isso. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Fechou o primeiro bloco para respostas. **Evandro, técnico do empreendedor:** Conselheiras Maristela e Tânia, que perguntaram sobre os moradores, quando esse proprietário comprou o imóvel, foi em um leilão, todo o conjunto já estava desocupado. Então, esse prédio está vazio, ele nem tem condições de habitabilidade, desde a aquisição. Então, vai ser uma área subtraída sem nenhuma desapropriação ou desocupação. Existe um zelador lá no prédio, que mantém o controle da propriedade. Quanto a EPACH, Conselheira Maristela, já se pronunciou, ofereceu um parecer favorável, já passou pelo Conselho do Patrimônio Histórico também, sem problemas, mas, digo assim, resumidamente, porque foi feita uma negociação, solicitadas algumas coisas e todas foram atendidas. Conselheiro Jackson, a destinação dos pavilhões vai ser uma destinação comercial, vão ser espaços que depois de restaurados vão ser disponibilizados para locação. Então, é uma ocupação comercial, não tem ocupação residencial, hotel, nada disso, pode ser restaurante, podem ser lojas, comércio em geral. Estudo de circulação não foi solicitado, normalmente, nesses projetos são analisados pela CAUGE, enfim, que, eventualmente, solicitam esse estudo de área, mas nesse caso não foi, talvez pelo impacto das atividades, porque não tem grande concentração de pessoas, talvez por isso. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Na sequência a gente



240 tem o Conselheiro Gomes inscrito. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de**
241 **Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Arquiteto Evandro, esse prédio chama a
242 atenção da gente, há muitos e muitos anos que está em uma situação deplorável, a gente
243 vê ali. Então, eu queria que tu relatasses para nós, para termos uma noção, quantos anos
244 (Inaudível) não sei se tu estás trabalhando em cima desse projeto. **Felisberto Seabra**
245 **Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Esse empreendimento
246 está na RGP. 01, limitando com a RGP. 02, na Humaitá/Navegantes. A minha pergunta é
247 mais ou menos a mesma do Jackão, porque aqui falca em clínica, mas tu já respondeste
248 que é um centro comercial com lojas. Eu queria saber quantas lojas, qual a área que vai
249 ser ocupada, se houve contrapartida para a região, se há alguma relação com a
250 reciclagem, porque me parece que é perto da Vila dos Papeleiros. Ali tem muitos
251 recicladores. Então, é uma área que tem esse aspecto, um patrimônio cultural, um valor
252 histórico, é importante a manutenção dessa história do próprio bairro, para manter a
253 memória desta cidade. Basicamente é isso, a metragem, o tamanho, se há alguma
254 contrapartida, qual a relação com os recicladores, com a Vila dos Papeleiros. Isso precisa
255 de cuidados, tem a própria associação dos recicladores da Vila dos Papeleiros, que está
256 interdita. Então, todo o cuidado, e nós da RGP. 01 vamos pedir vista depois a este
257 processo. **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil –**
258 **SINDUSCON:** Boa noite a todos. Boa noite, Arquiteto Evandro. Para mim também não
259 ficou muito clara a questão do uso, que parece que é uma coisa ligada à saúde, falaste
260 que é comércio. Gostaria que esclarecesse se vai ou não vai ter alguma coisa ligada à
261 saúde. Aproveito também para dar os parabéns pela iniciativa de revitalização daquela
262 região, que é uma região que estava degradada, porque essa iniciativa vai tentar melhorar
263 aquela região da cidade, que está bem deteriorada. Ela fica no 4º Distrito, por isso a minha
264 pergunta também é se tem algum tipo de incentivo da Prefeitura, de alguém, para esse
265 empreendimento sair no 4º Distrito. Há um tempo foi fora feitos estudos, tanto de usos e
266 essas questões, gostaria de saber se tem algum incentivo para vocês fazerem esse
267 empreendimento. A questão do patrimônio histórico já foi respondida, é louvável resgatar a
268 história da cidade, como disse o Felisberto. Eu ficaria nesses dois itens, se é incentivo e
269 não entendi muito bem se é ligado à saúde ou não, se é só comércio. **Germano Bremm,**
270 **Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:**
271 Para a resposta, então. **Evandro, técnico do empreendedor:** A questão do uso, o outro
272 conselheiro já tinha perguntado, eu acho que não respondi. A clínica, é que o proprietário
273 tem uma clínica, ele é médico. Então, o imóvel está em nome da clínica, mas não tem
274 nenhuma relação com a atividade a ser exercida, apenas a propriedade do imóvel é da
275 clínica. Então, ele consta como proprietário, como requerente aqui, mas não tem nada a
276 ver com a atividade a ser exercida ali na frente. Gomes, a situação deplorável dos prédios,
277 a manutenção e os anos de trabalho: realmente, ali nós estamos trabalhando desde 2010,
278 são 10 anos de trabalho. Trabalhar com um patrimônio histórico é muito difícil, as análises,
279 os tempos de tramitação, basicamente, o tempo é duplicado, porque se precisa,
280 obrigatoriamente, fazer o EVU, esse EVU passa por conselhos, passa pela EPACH, para
281 depois entrar na fase de licenciamento e aprovação, onde o processo normalmente
282 percorre os caminhos semelhantes. Então, é muito difícil, é muito difícil e como se trata de
283 patrimônio histórico a lei impede que se faça qualquer intervenção sem aprovação prévia.
284 Então, isso é muito complicado, porque prédios que estão em condições que esse prédio
285 estava, porque já foi adquirido em condições precárias no leilão. Então, fazer uma
286 intervenção nesse prédio sem licenciamento é crime. Então, o que se fez ao longo desses
287 10 anos, foram feitas três licenças emergenciais para que se pudessem fazer



288 escoramentos de fachada que estavam sob risco de queda, para se fazer intervenção em
289 danos dessas árvores da escola, por exemplo, que tombaram em cima de um prédio, não
290 se podia fazer nada. Então, em cima dessas situações se solicitava as licenças
291 emergenciais. Nesse caso, o município, razoavelmente, rápido, embora não tão rápido
292 assim, mas dava uma licença em 40 a 60 dias, que possibilita se fazer alguma coisa, mas
293 havendo alguma denúncia, sendo feita uma intervenção sem Licença o responsável por
294 aquilo vai ser imputado criminalmente, isso vai para o Ministério Público. Então, é bem
295 complicado. O trabalho, são 10 anos ali que a gente está trabalhando, um revisor da
296 EPACH analisa, sai, entra outro, começam as análises não do zero, mas sempre se perde
297 bastante tempo. O Dal Molin falou também sobre incentivos, não, não tem sentido
298 incentivo nenhum, absolutamente nenhum. O empreendimento vai ser feito com recursos
299 próprios do proprietário, que nós oferecemos um cronograma de intervenção para a
300 EPACH, no final do ano passado, alguma coisa assim, solicitando ou prevendo uma
301 intervenção, alguma coisa como 10 anos, porque são muitos prédios, vai envolver vários
302 deles, pelo menos, mais da metade deles, são prédios que vão ser reconstruídos em
303 100%. Inclusive, tem um prédio que já estava sinistrado, a estrutura está toda calcinada
304 pelo fogo e tem uma estrutura estruturada em concreto, o proprietário queria, até por
305 laudos estruturais que condenam essa estrutura, a gente convenceu ele a manter essa
306 estrutura, ela vai ser envelopada com estrutura metálica para que a estrutura original
307 permaneça. Isso também demanda tempo de convencimento do proprietário em cima de
308 conceitos que a gente tem ou tenta implantar dentro, para que não se perca totalmente
309 esses testemunhos, mas é bem complicado, é bem complicado. Também vamos ver,
310 sobre reciclagem, Conselheiro Felisberto, não existe nenhuma relação ou movimento,
311 acordo com a Vila dos Papeleiros ou com reciclagens. Eu sei que ali na região existem
312 algumas situações nesse sentido, mas não tem nenhuma relação esse empreendimento
313 com essas ações. O número de lojas, são 25 lojas, 10 salas comerciais e a área
314 aproximada em torno de 12.000 m, que equivale mais ou menos a área do terreno. O
315 terreno tem 11.800 m, alguma coisa assim. Como tem esses 12.000 importam em
316 pavimentos superiores, além do térreo, a taxa de ocupação aqui do terreno é em torno de
317 50%, está bem abaixo do que poderia ser feito. E a clínica também, fala-se da clínica, mas
318 a clínica é do proprietário que é médico e dono de uma clínica, é no nome dessa clínica
319 que está o imóvel. Não foi exigida contrapartida alguma. **Germano Bremm, Presidente e**
320 **Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Para encerrar
321 tem o Conselheiro Paulo Jorge, Conselheira Claudete e Conselheiro Sérgio Saffer.
322 Conselheiro Paulo Jorge abriu mão. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e**
323 **Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Eu vou esperar a manifestação do relator, porque a
324 gente não teve ainda o relato do expediente. Não é exatamente um questionamento ao
325 empreendedor que está apresentando, mas uma colocação de requerimento à mesa, que
326 seja esta apresentação anexada aos autos, bem como a degravação e os esclarecimentos
327 que aqui estão sendo feitos. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos**
328 **Escritórios de Arquitetura - AREA:** Eu já estou esclarecido, eu ia pedir mais detalhado,
329 exatamente, porque a gente não conhece o processo. A gente realmente precisa de uma
330 oportunidade para esclarecer o que o EPACH pede, para as pessoas que não conhecem o
331 processo, tem muita gente que não conhece. A não ser que tu queiras esclarecer para que
332 erve a EPCH. **Evandro, técnico do empreendedor:** A EPACH é a Equipe de Patrimônio
333 Histórico do município, é um órgão consultivo pelo qual os processos, obrigatoriamente,
334 têm que ser revisados e analisados. A EPACH quando recebe o processo, havendo
335 alguma dúvida ou questionamento para que sejam negociadas essas situações. Hoje em



336 dia, no EVU, contem um nível e quantidade de informações muito maior do que o próprio
337 projeto de aprovação de licenciamento. A EPACH exige um nível de EVU, especificações
338 de cores, de tintas, de aberturas, texturas, a planta, arquivo histórico, pesquisas
339 iconográficas, de autoria de construção, se faz toda uma pesquisa historiográfica, porque
340 um prédio que era uma antiga fábrica começa com um foco e ao longo dos anos o
341 proprietário vai agregando mais pavilhões à medida que a fábrica vai dando certo, ele vai
342 ampliando, ampliando, ampliando. Isso tudo faz parte do contexto dessa fábrica ao longo
343 das décadas. Então, é um trabalho bem extenso, não só de expressão gráfica, como de
344 fundamentação teórica também, porque todas as intervenções que a gente propõe, sejam
345 elas de adição ou de subtração, de recuperação, elas têm que ser fundamentadas, elas
346 têm que ser posta à consideração dos técnicos. E muitas vezes há dúvidas, muitas vezes
347 discordam daquilo que a gente está promovendo, isso é muito comum às vezes na
348 especificação de cores, aí se faz uma estratigrafia nas paredes, raspam as paredes até o
349 cerne dela para que se vejam todas as camadas de pintura. Então, é um processo bem
350 longo, bem complexo, que demanda bastante tempo também. Quando a EPACH faz juízo
351 daquilo que ela está entendendo como correto, através das várias reuniões que se faz, ela
352 encaminha ao Conselho do patrimônio Histórico, que analisa se deve ou não aprovar
353 aquilo que está sendo apresentado e orientado pela EPACH. Uma vez que se aprova vai
354 ao Gabinete do Prefeito, que endossa ou não a decisão do Conselho, depois o processo
355 faz todo o caminho de volta. O EVU estando aprovado entra na última fase, que é a mais
356 simples, que é a fase de aprovação de licenciamento. Então, para saber o tempo do
357 processo, são 10 anos de tramitação, nesses 10 anos houve uma série de problemas no
358 sentido de sinistro mesmo, árvore caindo, a ventania que derruba um frontão que não está
359 escorado. Boa parte desses prédios não existia mais, outras fachadas estavam em estado
360 bem ruim, mas a intervenção em prédios históricos demanda isso, demanda uma
361 intervenção. Aliás, qualquer prédio histórico exige que qualquer intervenção seja concedida
362 uma licença. Pode ser uma simples pintura, pode ser uma simples troca de uma telha,
363 essa intervenção tem que ser aprovada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário**
364 **Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Evandro. Eu
365 gostaria que disponibilizasse para nós a apresentação para compartilhar com os demais
366 conselheiros. Agradeço pela esclarecedora apresentação, muito construtiva, explicativa,
367 sem dúvida o pessoal entendeu melhor o processo. Na sequência apresentar tem o item:
368 **4. APRESENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA QUE REGULA A PARTICIPAÇÃO**
369 **NO PLANO DIRETOR.** É um pouco da apresentação que a gente fez no Ministério Público,
370 as gurias estiveram lá nas agendas com aquelas entidades que nos representaram no
371 Ministério Público, que tiveram a oportunidade de assistir esta apresentação, mas o fórum
372 adequado é o Conselho do Plano a gente traz aqui para os demais conselheiros que lá não
373 estiveram. E damos o tempo para proposição ou colaboração de uma semana, se os
374 conselheiros tiverem alguma proposição a partir desta proposta que vai ser apresentada
375 para vocês. Se tiver alguma proposição ou colaboração que nos venha por escrito,
376 seguindo aquilo que determina o Plano Diretor de Porto Alegre, no que se refere à
377 competência do Conselho de propor e opinar no processo de revisão do Plano Diretor.
378 Convido as nossas técnicas, nossa Diretora Patrícia, nossa Coordenadora Vaneska, a
379 Renata assessora técnica, para apresentar aqui para nós. **Patrícia da Silva Tschoepke**
380 **(Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Nós
381 temos um problema de visibilidade aqui e acho que quem viu lá no Ministério Público
382 conseguiu enxergar um pouquinho melhor, mas a gente vai tentar fazer a apresentação,
383 qualquer dúvida nós estamos à disposição. Então, como acho que muitos estavam



384 aguardando, né, nós agora no período de janeiro e fevereiro, buscamos tecer uma
385 pesquisa com algumas referências e buscamos trabalhar no sentido de tornar o processo
386 de revisão o mais transparente possível. E, então, nesse sentido, a gente tentou elaborar
387 uma minuta, onde a gente recebia todo o processo, as etapas para que ficasse claro para
388 todos como que todos vão atuar no processo e os momentos de participação. Então, não é
389 necessária a leitura da minuta, porque eu vou apresentar aqui, mas a minha apresentação,
390 vamos dizer, a matéria posterior à leitura da minuta, vai ficar mais clara. Então, como todos
391 aqui já sabem, para elaborar o nosso trabalho nós partimos aqui das premissas previstas
392 na Agenda 2030, a nova Agenda Urbana e na Agenda 2030 os objetivos do
393 desenvolvimento sustentável, o foco em cidades e comunidades sustentáveis. Também
394 aqui para fazer esse trabalho nós buscamos os marcos legais existentes, as constituições
395 na cidade, além de desenvolvimento urbano estadual o nosso Plano Diretor. Então, aqui
396 passando rapidamente na questão legal, né, o Estatuto da Cidade prevê que na revisão do
397 Plano Diretor é necessária a promoção de audiências públicas e debates com a
398 participação da população e das associações representativas dos vários segmentos da
399 comunidade. Este instrumento, então, a audiência pública e consulta, está prevista
400 também na Lei Estadual do Desenvolvimento Urbano. E a audiência pública e consulta
401 está prevista na elaboração do Plano Diretor, é bem específica quanto ao processo de
402 participação. Já o nosso Plano Diretor é um pouquinho mais abrangente, porque o Plano
403 Diretor define os sistemas de planejamento, que é um canal de comunicação mais
404 articulado do que o que é previsto nas leis federais e estaduais. Então, ele define aquela
405 que é a estratégia do sistema de planejamento, como além do canal de articulação da
406 nossa estrutura administrativa, de todos os órgãos. O sistema de planejamento é o canal
407 de participação com a sociedade. Então, ele foi criado para fazer a conexão entre a
408 administração pública e a sociedade. E aí está ratificado. No art. 39 define que o órgão de
409 integração dessa relação da sociedade é o Conselho do Plano. E aí dentro da
410 competência, vamos dizer, aqui do Conselho, no Plano Diretor está definido no art. 109:
411 “Propor e opinar sobre a autorização, complementações, ajustes e alterações do Plano
412 Diretor”. E no art. 37, a base, porque nós planejamos elaborar essa minuta, que compete
413 ao que seria a antiga Secretaria do Planejamento Municipal: “Estabelecer as diretrizes do
414 Desenvolvimento Urbano Ambiental. Planejar e ordenar o uso e ocupação do solo no
415 Município de Porto Alegre, através da elaboração, monitoramento e revisão dos planos
416 programas e projetos, visando a sua permanente atualização. E articular políticas e ações
417 com os demais órgãos e com os outros organismos governamentais e não
418 governamentais, estabelecendo as formas de integração entre os participantes do SMGP”.
419 Então, como vocês sabem, fazendo uma atualização, que é a Secretaria do Planejamento,
420 pela Lei nº 810, que podem me corrigir se eu tiver errada. A competência dela na questão
421 da revisão do Plano Diretor foi passada para a Secretaria do Meio Ambiente e da
422 Sustentabilidade em face de que nós estamos fazendo esse trabalho. Então, com base
423 nesse art. 37 a gente propôs como seria no âmbito da revisão do Plano Diretor a forma de
424 integração entre a sociedade, através da instrução normativa. Só citando também, que é
425 assegurada, além da participação do Conselho, outros tipos de participação que são
426 previstas, representações em órgãos de divulgação de informações sobre
427 empreendimentos e atividades, debates, consultas e audiências públicas. Repetindo o que
428 consta nas demais legislações. Conferências municipais sobre assuntos de interesse
429 urbano ambiental, iniciativa por parte de projeto de lei. Então, com base nessa revisão
430 básica que fizemos para montar essa minuta, aí vou explicar um pouquinho o projeto.
431 Então, a gente partiu, como vocês já sabem, de uma proposta de revisão do Plano Diretor



432 e não um novo Plano Diretor, porque ao fazer a análise do instrumento a gente verifica que
433 ele é atual, embora tenha sido feita em 1999, a gente verificou que ele já estava alinhado
434 com as estratégias, as agendas internacionais. Então, na verdade, como as agendas
435 internacionais receberão atualização, cabe a nós também fazemos essa atualização no
436 nosso documento. Então, é coisa mais simples. Como eu já havia demonstrado ali, um
437 conceito mais estruturado do sistema de planejamento, onde estabelece uma relação clara
438 entre os diferentes entes, coloca todos eles presentes ali, né, ele define a integração da
439 sociedade, não funcionamento do sistema de gestão e planejamento. E que está previsto
440 ali no texto da lei, ele aborda de maneira abrangente todas as questões da cidade. Então,
441 de maneira geral a gente quando vai fazer alguma análise urbanística a gente consegue
442 ser atendido, vamos dizer, em conceitos em toda a estrutura da legislação. Entretanto, a
443 gente identificou que essa legislação tem fraquezas e, na verdade, as fraquezas a gente
444 fez uma revisão, inclusive, dela mesmo, quando da revisão da 4379, quando foi feita, daí
445 foi uma coisa interessante, porque aquilo que a gente está identificando, os problemas que
446 nós estamos identificando agora, são os mesmos que foram identificados há anos. Então,
447 as próprias justificativas, depois a gente vai compartilhar com vocês, que é bem
448 interessante a gente debater posteriormente. Então, embora os conceitos e aquela leitura
449 tenha sido adequadamente efetuada ali, a gente viu que o detalhamento ou a forma de
450 operar, não fez com que essas estratégias fossem refletidas de maneira adequada. A
451 gente não consegue perceber elas no território. E isso decorre de uma série de questões,
452 por exemplo, uma delas, a questão, a gente fala ali na transparência dos dados. Vocês
453 mesmos solicitam dados e tal. Então, isso é uma coisa que nós temos um problema, muito
454 importante quanto a essa questão dos dados, a gente vê que eles são fragmentados nas
455 secretarias. Então, é necessário fazer todo o trabalho de garimpo e de estruturação desses
456 dados, e trabalhar em uma nova forma de gestão desses dados, para que a gente possa
457 ter as informações em um tempo mais real possível. É claro que isso não era possível há
458 um, hoje nós temos tecnologias para isso. Então, isso é uma coisa que vai ser possível. O
459 Plano Diretor hoje se focou muito na questão do espaço privado e a gente sabe que a
460 cidade vive no espaço público, até as respostas das questões que foram votadas nas
461 oficinas, se demandou muita carência na questão dos espaços públicos, infraestrutura, o
462 serviço da cidade. Onde a cidade deve atuar é no espaço público e a gente precisa atuar
463 de uma maneira estruturada, valorizando o planejamento urbano, o projeto da cidade, que
464 é o que todo mundo... Às vezes a gente ouve – Ah, não tem planejamento. A gente
465 entende, a gente está ali, trabalha todo dia, várias pessoas falam, mas a questão é que as
466 pessoas precisam enxergar isso no território, elas precisam ver as coisas acontecendo,
467 para isso a gente precisa ter esse olhar para o espaço público. Outra questão também, que
468 a gente verifica que não consta ali e que é uma coisa superimportante para fazer
469 planejamento, é o financiamento da cidade. Não existe projeto sem recursos. Então, é uma
470 questão que nós temos que debater a respeito. E isso aí tudo também envolve a questão
471 da gestão urbana, porque a gestão é a espinha dorsal onde todas as coisas vão se
472 organizar. E aí a gente colocou a questão da escala intermediária, que a gente até,
473 inclusive, pegou a referência que está vindo do Senado, que fez uma proposta que a gente
474 achou interessante para passar para vocês, o como essa questão dessa escala
475 intermediária está sendo discutida no resto do país também, onde no Senado está sendo
476 proposta a criação de outros níveis, além do Plano Diretor, no estatuto da cidade, para
477 intervir no território. É o nível dos planos urbanísticos e planos de pormenor, que eram
478 mais ou menos as referências que nós estávamos buscando. O conceito que está ali
479 naquela proposta, eles focaram muito em questões específicas, mas o conceito



480 abrangente, vamos dizer, de ter escalas onde tu trabalhas o território no sentido de
481 conseguir fazer com que as políticas sejam executadas de fato, é uma coisa bem
482 interessante. E a gente ficou contente, que isso está sendo discutido em outros cenários
483 no nosso país, porque em outros países isso já existe. Então, para fazer isso nós estamos
484 operando em quatro ações diferentes, a primeira delas que estamos discutindo aqui:
485 atualização do modelo jurídico espacial. A gente tem o nosso colega advogado, que está
486 questionando: mas o modelo jurídico é o modelo jurídico? Na verdade, a gente trabalha
487 com mapas e texto, a gente coloca modelo jurídico espacial porque a gente tem que fazer
488 essa integração entre essas duas coisas. Então, é o que a gente colocou. E a gente sabe
489 também que quando a gente já atualiza uma legislação vai mudar a forma de trabalho, das
490 coisas acontecerem, ela precisa estar acompanhada das devidas regulamentações. Então,
491 a gente coloca no pacote do nosso trabalho, da prefeitura, também fazer as devidas
492 regulamentações que forem necessárias no decorrer do processo. A plataforma de
493 planejamento, então, vocês também já ouviram falar, que é um lugar, um site na internet,
494 vamos dizer, para o usuário, onde vai ser possível acessar esses dados, aquela questão
495 dos dados que eu coloquei anteriormente e que os técnicos vão poder ter as informações
496 no tempo mais, não digo real, mas mais atual impossível, porque a ideia não é só trabalhar
497 no site, mas é trabalhar em uma estruturação de toda a secretaria, junto com o
498 geoprocessamento também, onde todos os agentes que atuam no território vão ser
499 capacitados também para irem alimentando esses dados de forma sistemática. E aí
500 sempre quem toma decisões de licenciamento, por exemplo, vai poder dar respostas mais
501 rápidas e quem atua no planejamento vai poder trabalhar com dados precisos, poder obter
502 indicadores de desenvolvimento. Então, aí para fazer tudo isso a gente pensou em uma
503 estrutura organizacional, que vocês mais ou menos já estão acompanhando. E a gente
504 pensou em uma que pudesse, uma estrutura que pudesse envolver os diversos agentes.
505 Então, nessa estrutura é prevista uma coordenação técnica, que é a equipe que é
506 coordenada, nossa aqui na diretoria de planejamento urbano, mais a equipe que é
507 coordenada pela Vaneska, que a Vaneska é coordenadora de projetos e planejamento
508 urbano. Nós vamos ter um grupo de trabalho técnico operacional, que vai ser composto
509 pelos técnicos das secretarias, onde a gente já está coletando as indicações. Nós
510 colocamos aqui o Conselho junto desses agentes e os dois grupos que vocês já
511 participam, mas que a gente pretende formalizar, o processo já está aberto. Um grupo
512 consultivo técnico e o grupo construtivo da assessoria de planejamento. Quer explicar essa
513 referência? **Vaneska Paiva Henrique (2ª Suplente), Secretária Municipal do Meio
514 Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Boa noite. Nós trouxemos para dentro da
515 próprio visão de etapas de desenvolvimento do trabalho uma referência, essa referência
516 de dezembro de 2019, que faz parte das publicações que o Instituto Pólis, junto com o
517 Ministério de Desenvolvimento Regional em parceria com o convênio Brasil-Alemanha
518 estabeleceu o que consolida o que é colocado nos manuais, na elaboração de planos
519 diretores. Então, a gente entende que não traz novidades nesse sentido, mas que ajuda a
520 organizar o trabalho em função de macroetapas que têm que estar presentes no processo.
521 Então, a gente tem antes o início do projeto, o que poderia ser uma etapa prévia de
522 preparação; uma etapa de leitura, onde se coloca tanto a planta leitura técnica quanto a
523 leitura comunitária; uma etapa de propostas e sistematização; e ao final a aprovação e
524 implementação e monitoramento, que aí entra também um pouco do que a Patrícia fala
525 sobre o acompanhamento dos resultados do plano. Hoje existem muitos questionamentos
526 sobre a avaliação que existe sobre o plano, que é o plano onde a gente atua, o nosso
527 Plano Diretor. A gente tem uma defasagem com relação a esse acompanhamento, porque



528 na forma efetiva não foi implementado o sistema de monitoramento como foi previsto no
529 Plano Diretor, mas a gente entende que foi prevista. Eu acho que, nesse sentido, a gente
530 fala muito em termos de revisão do plano e não da construção de um termo novo, porque
531 ele já previu esses componentes dentro da sua estrutura, que precisam ser implementados
532 e regulamentados para a sua efetiva realização. Então, aqui são as etapas... Está um
533 pouco desbotado, mas depois a gente encaminha também a apresentação para os
534 conselheiros, mas acredito que dá para fazer a leitura. A gente tem essa etapa
535 preparatória, que é o momento que a gente se encontra agora, a leitura da cidade, que
536 envolve tanto esse componente técnico, quanto o componente comunitário. A etapa de
537 sistematização e propostas, a aprovação e a continuidade do nosso trabalho como
538 planejamento, que se dá através da implantação e monitoramento. Esse ciclo de etapas é
539 um ciclo que se repete tanto na fazer um, quanto na fase dois, que nós entendemos que
540 esse ciclo é o que consolida e valida o processo de acordo com o que está estabelecido
541 pelo estatuto da cidade e pelos manuais e guias que orientam os procedimentos para
542 elaboração de planos diretores no Brasil. A gente colocou aqui de uma maneira bem
543 sintética o que seriam as duas etapas, o cronograma simplificado. A gente está
544 trabalhando para colocar essas etapas detalhadas dentro de um sistema de
545 gerenciamento de projetos. Então, a gente tem a etapa preparatória acontecendo até aqui,
546 até o primeiro semestre de 2020, a leitura da cidade, que nós entendemos que é um
547 processo permanente da construção de diagnósticos e de resultados que devem orientar a
548 tomada de decisão do planejamento. E as duas frases, em que a gente tem a primeira fase
549 acontecendo até o final deste ano, com sistematização e propostas sobre o sistema de
550 gestão e depois uma segunda fase, no ano de 2021, que dá conta da sistematização de
551 propostas para a atuação nessas escalas intermediárias que nós estamos citando. Esse
552 cronograma, já vou adiantar para vocês que a gente tem comentado que ele sofreu um
553 atraso em função dos trâmites com relação a contratação do (Inaudível), através da ONU.
554 Então, vai existir ajustes, mas a partir do momento que se inicia o processo, então, existem
555 essas duas fases previstas. A gente trouxe, isso também foi apresentado no ministério
556 para conseguir dar um histórico do que foi realizado. Muitos dos conselheiros que
557 participaram do início desse processo em 2016 também nos cobravam o registro desses
558 eventos que aconteceram e que consolidaram algumas das ideias que estão sendo
559 colocados agora na proposta da revisão do Plano Diretor. Então, em 2016, nós tivemos um
560 evento no Capitólio, em que alguém até colocou quem eram os membros da Comissão de
561 Planejamento no CMDUA. Na SMURB muitos deles se mantêm, tanto os técnicos que
562 estão aqui, como a Comissão de Planejamento da SMURB são os técnicos que hoje estão
563 lotados na Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade. E alguns
564 conselheiros também têm o trabalho continuado nesta gestão. Esse evento, é bom
565 comentar que ele não está registrado na programação, mas a gente também nem tem
566 essas documentações e a gente está organizando para que elas também sejam
567 disponibilizadas no site. Elas envolveram a apresentação de profissionais que são
568 reconhecidos com relação aos planos diretores, que estudaram essas figuras de
569 planejamento que existiram em Porto Alegre desde o plano de melhoramentos, até o plano
570 de 79, o plano de 99. Então, passou por todos esses instrumentos que regulamentaram a
571 ocupação dos territórios de Porto Alegre, desde o início do século passado. E depois que
572 foi feito esse evento, em 2017 foi também motivado através da provocação de alguns
573 conselheiros que estão aqui, um seminário na Câmara, que reproduzia em parte esses
574 planos diretores de Porto Alegre, de 1914 a 2010, e que já traziam algumas reflexões
575 preliminares e tendências urbanísticas no próximo plano. Também contando com uma



576 equipe técnica que está envolvida agora no projeto. Na época quem fez as apresentações
577 fui eu, o Engenheiro Gabriel Ganazi, a Arquiteta Anatércia e a Arquiteta (Inaudível), todos a
578 partir da sua especialidade. Em 2017, também, no mesmo ano, foi feita uma dinâmica com
579 o Conselho do Plano, de onde se elencaram 12 temas, que se hoje vocês acessarem o
580 site do Plano Diretor, ele tem esses 12 temas que foram consensuados através de uma
581 dinâmica realizada e que os conselheiros foram divididos em mesas. Até dá para ver nas
582 fotos algumas caras conhecidas, que se mantêm no planejamento. Por isso a gente diz
583 que é uma continuidade desse nosso trabalho. Com relação, quando a Arquiteta Patrícia
584 coloca essa questão de que a gente entende que existe um alinhamento com as agendas
585 internacionais, que essas agendas preconizam com relação ao desenvolvimento urbano no
586 mundo, é muito em função de um trabalho que a gente fez, que aqui está um quadro-
587 síntese, onde a gente pontuou em um ponto todos os objetivos de desenvolvimento
588 sustentável, os 12 temas da revisão e as estratégias previstas no PPDDUA de 99. E por
589 isso a gente fala bastante que a gente tem estudado o histórico do que está por trás dos
590 conceitos do plano e tem encontrado espaço para poder fazer essa compatibilização, de
591 forma que as agendas possam ser efetivamente implementadas através do Plano Diretor
592 de Porto Alegre, na sua revisão. Com relação a isso tudo, é componente na etapa
593 preparatória, e aqui a gente trouxe uma das referências, no final eu acredito que a gente
594 lista todas as referências, mas algumas a gente usa na apresentação para descrever como
595 tem sido a metodologia de trabalho, em que a gente através da metodologia de cinco
596 passos prevê como que foi esse trabalho nas oficinas. Então, nesse primeiro momento a
597 gente está definindo onde estamos agora, que seria esse levantamento da leitura da
598 sociedade sobre os temas que hoje fazem parte dos componentes das estratégias do
599 plano, de uma maneira bem técnica e realista. Então, a partir disso, agora, a gente vai para
600 uma análise em que a gente discute com a secretaria para poder dar uma resposta técnica
601 sobre os itens que foram elencados pela comunidade e para poder estabelecer uma visão
602 de futuro que depois possa ser implementada. A gente está seguindo uma metodologia
603 bem publicizada, bem consagrada. A gente teve em 2019 também uma consulta pública
604 online, que resultou em alguns temas, sendo visto como prioritário pela população. E essas
605 oficinas que foram realizadas no final do ano passado, o primeiro momento em que elas
606 foram planejadas foi feita uma proposta, já tava sendo executado esse trabalho junto com
607 o GT consultivo das regiões de planejamento, antes mesmo da sua formação, mas de uma
608 maneira preliminar, em que se testou uma oficina piloto. Foi proposta uma metodologia de
609 trabalho, um trabalho sobre mapas, cada um dos conselheiros foi convidado a trazer até
610 seis participantes para contribuírem na dinâmica e as mesas foram formadas de acordo
611 com as regiões de planejamento, que até tem a foto da RGP. 02. Para cada uma dessas
612 regiões foram feitas as propostas, aqueles participantes viam cada um desses itens na sua
613 visão, com relação a temas como pontos de referências que existem no espaço, quais os
614 objetos de interesse ambiental, de interesse cultural, pensando não só nas edificações,
615 mas também nos espaços, que são algumas informações que são de muito difícil
616 apropriação se não forem feitas através da leitura da comunidade. Isso nos fez ajustar a
617 metodologia para a aplicação nas regiões de planejamento. A gente trouxe aqui um
618 calendário simples. Eu estou tentando não me estender nessa parte, mas só para dar uma
619 visão geral. É um calendário simples de outubro e novembro, como foram previstas e
620 realizadas essas primeiras oficinas, foram realizadas novas oficinas para as 08 regiões de
621 planejamento. No caso, a Região 02 foi dividida em Ilhas e na parte Continental, por isso
622 nove reuniões. Para a realização dessas oficinas foi prevista uma metodologia de seis
623 passos, em que no primeiro momento era realizada uma apresentação dos elementos que



624 iam ser discutidos nas oficinas, como seria a dinâmica, o que eles deveriam esperar da
625 realização. A divisão dos grupos, o que a gente chamou de “aquecimento”, onde no
626 primeiro momento eles se reconheciam quais os pontos de referências, faziam uma leitura
627 dos mapas do território. Depois fazia esse trabalho colaborativo nos mapas, onde a gente
628 estabeleceu tempo para contribuição sobre cada tema. Um intervalo, a apresentação dos
629 grupos, que a gente registrou através de gravação e também tem a descrição, esses
630 relatórios estão disponíveis no site do plano. E depois era feito um encerramento,
631 encaminhamento sobre os resultados alcançados. E aí vem uma sequência de imagens de
632 como foram essas oficinas. No final a gente sempre fazia uma foto do grupo presente para
633 deixar o registro. Aqui um pouco também do nosso embasamento teórico, que é o material
634 que a gente está aprendendo a fazer a disponibilização no site agora também. A gente faz
635 um levantamento da metodologia, que foi aplicada no plano de 90, esse documento é de
636 96. O plano comentado de 98, que também está se baseando muito sobre o guia
637 metodológico dos processos participativos que foram aplicados no Município de São Paulo,
638 na última revisão do plano, que é um plano bem conceituado, premiado, inclusive. E esse
639 guia que eu comentei com vocês, que é o que está disponível no Ministério do
640 Desenvolvimento Regional. Aqui algumas das referências que nós usamos de outros
641 países, que estabelece padrões. Aqui um exemplo de um plano de pormenor de Lisboa e
642 um plano espanhol, também uma escala mais aproximado. A gente tem outras referências,
643 esse banco de referências a gente quer também conseguir disponibilizar para poder fazer
644 esse nivelamento mesmo, do que a gente entende que são esses instrumentos. E aqui
645 também outra referência, é bem importante, que é uma plataforma aberta para a
646 contribuição de projetos que envolveram participação pública. Então, dá para acessar e ter
647 uma ideia de quais são as ferramentas usadas em outros países, que a gente tem
648 pesquisado bastante para poder pensar em estratégias que nos permitam registrar de
649 forma mais eficiente contribuição da sociedade. Vou passar para a Patrícia novamente.
650 **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da**
651 **Sustentabilidade – SMAMS:** então, como vocês receberam aí uma minuta, que a gente
652 está se propondo a, vamos dizer, deixar mais claro o processo. Então, todos vão poder
653 acompanhar em que estágio de desenvolvimento vai ocorrer ao longo do tempo. Então,
654 quem já leu o documento, isso também já constava em uma apresentação que a gente fez
655 lá em agosto também, que o processo está proposto para ser dividido em duas fases. Na
656 primeira fase, que está sendo prevista para ocorrer neste ano de 2020, a gente vai atuar
657 na revisão do Plano Diretor do ponto de vista mais conceitual e do sistema de gestão.
658 Trabalhando na questão da atualização das estratégias, como eu já citei para vocês. A
659 atualização em relação às agências internacionais, decorrente do processo participativo
660 também. A questão da revisão da legislação existente, porque a gente identifica que ela
661 tem uma série de (Inaudível) que vão ser corrigidas. Trabalhar na questão dos
662 instrumentos urbanísticos, a gente no nosso Plano Diretor tem ali citados vários
663 instrumentos, inclusive, os que estão previstos no estatuto da cidade, mas a gente não tem
664 esse detalhamento. Então, embora estejam previstas ali não sabe como operar eles.
665 Então, a gente precisa fazer esse detalhamento para fazer com que eles sejam
666 implementados de fato. E está previsto nesta primeira fase também a concepção desta
667 plataforma de planejamento, que a gente citou anteriormente. Na fase 2, que está prevista,
668 na verdade, para começar a partir do segundo semestre. A gente botou ali no cronograma,
669 vamos dizer, no cronograma está dividido, separadinho, ali, mas, na verdade, a etapa de
670 diagnósticos que vai acontecer na primeira fase, na verdade, vai servir para as duas
671 etapas. E a ideia é a gente já trabalhar com foco nessa questão de baixar escala, vamos



672 dizer, trabalhar no que a gente chamou ali do que seria um plano urbanístico de parciais,
673 onde a gente vai pegar posições do território, que tem situações específicas, e a gente vai
674 trabalhar na solução dessas situações específicas. Por exemplo, a questão de
675 regularização fundiária, de maneira estruturada, como que nós podemos resolver. A gente
676 entende que a solução geral para determinada questão de regularização fundiária, via de
677 regra, ela pode ser aplicada em outros territórios também. É claro que cada situação tem
678 sua peculiaridade, mas o fato de ter uma metodologia de trabalho, uma metodologia de
679 projeto já definido, tu consegue otimizar essas questões. Por exemplo, outra situação, a
680 questão das áreas de preservação permanente, nós temos hoje, embora o conceito do
681 Plano Diretor defina lá as áreas de preservação permanente que são importantes, áreas
682 ambientais são importantes, mas como a estrutura urbana se relaciona com as estrutura
683 ambiental, como fazer essa compatibilização de maneira adequada, valorizar esse tipo de
684 espaço urbano? Hoje nós não temos um padrão. Então, acaba acontecendo, por exemplo,
685 um arroio acaba sendo tratado como fundo de lote. Será que é a situação mais ideal para
686 o tipo de situação urbana? Tem que se discutir. Questões, por exemplo, da questão das
687 calçadas, a questão dos espaços públicos, esse detalhamento como é que a gente pode
688 trabalhar no sistema viário, não ver o sistema viário só como um local para os carros e
689 circulação, mas um espaço para estar, o espaço da interação social, para a gente sair do
690 conceito realmente para usufruto da população desse tipo de situação, a gente precisa
691 trabalhar em uma escala onde a gente consiga ver essas coisas acontecendo. E aí, nesse
692 sentido também, a questão dos instrumentos urbanísticos, a gente tem a possibilidade de
693 trabalhar com simulações nos territórios e verificar se eles, pensados de uma maneira ou
694 de outra, que eles possam funcionar de fato. E também está previsto usar a plataforma
695 como um instrumento para simulações, a gente pode simular questões de indicadores de
696 desenvolvimento, questões de solução, várias coisas podem ser previstas na questão
697 dessa plataforma. Então, como a Vaneska já tinha explicado, que cada fase teria essas
698 cinco etapas. Na verdade, essa etapa preparatória, a gente considera que ela serve para
699 as duas etapas, e a etapa final de implantação e monitoramento, ela serve para as duas
700 etapas também. Então, de maneira independente, cada uma vai ter as demais. Aqui na
701 etapa preparatória a gente está colocando para vocês situarem as ações que estão
702 acontecendo, que estamos falando aqui de metodologia e cronograma. Estamos tratando
703 da formação dos grupos de trabalho, aquisições, espaço físico, computadores e essas
704 questões agora administrativas. A equipe técnica está trabalhando na questão dos dados e
705 informações, o trabalho das oficinas, como a Vaneska também pontuou, está sendo
706 concluído, daremos um retorno para os conselheiros. Está prevista a capacitação dos
707 técnicos, objetivos do desenvolvimento sustentável, essas questões estão acontecendo na
708 parte da etapa preparatória. E também a elaboração do termo de referência. Bem
709 pontuado também, que o pessoal tinha comentado, que essa capacitação a gente tinha
710 previsto para acontecer no âmbito técnico, mas fiquem tranquilos, que existirão
711 capacitações que são previstas para o grupo como um todo. A gente entende o Conselho,
712 a gente entende este grupo como fazendo parte da equipe a ser capacitada. Então, após
713 essa etapa preparatória, escrevendo o processo, a ideia é, bom, as consultorias vão
714 começar a trabalhar. Então, as consultorias vão desenvolver os seus trabalhos e paralelo
715 ao desenvolvimento do trabalho das consultorias, vai ser realizado (Inaudível), que é o
716 trabalho que a gente vai pedir a colaboração de vocês, porque isso vai ser desenvolver
717 desenvolvido ao longo do tempo. No final dessa primeira etapa, a leitura da cidade, que
718 está prevista para este ano, no primeiro semestre. É para ter deste relatório final
719 consolidado, ele ser avaliado pela coordenação técnica e pelo grupo técnico operacional.



720 Então, vai ser a SMAMS e mais o conjunto todo das secretarias, porque como é um
721 trabalho multidisciplinar a gente precisa ter a avaliação de todos. Então, a ideia é que esse
722 grupo em conjunto faça uma avaliação, coloque todas as questões e emita um relatório
723 preliminar. Esse relatório, então, a ideia é submeter eles aos GTs, GT consultivo técnico,
724 constituído nas regiões, para que estes possam emitir um parecer. Sendo fechado, então,
725 a gente faz uma discussão aqui para fechamento no plenário do CMDUA. Após essa
726 discussão a ideia é que a gente se submeta a uma audiência pública para fazer o
727 fechamento desta etapa de cada fase. Após a leitura da cidade tem um trabalho a ser feito,
728 avaliar essa leitura e desenvolver essas propostas. A gente encerra os resultados das
729 consultoras, a equipe técnica faz um trabalho, avalia, faz a proposta, a gente discute,
730 formamos um relatório preliminar junto com o GT técnico operacional da secretaria, de
731 novo seguimos o mesmo fluxo. Colocamos esse material consolidado junto com os grupos
732 de trabalho, os grupos de trabalho encaminham para o Conselho, tendo sido fechado...
733 Aqui tem uma diferença. O que acontece? Na fase 1, depois desse fechamento no
734 Conselho, a ideia é a gente ter cenários que possam ser discutidos, cenários técnicos
735 adequados, ou seja, que eles possam funcionar desta ou daquela forma. Esses cenários, a
736 ideia é a gente submeter a uma conferência. A partir dessa conferência a gente vai fazer
737 este relatório consolidado. Essa conferência vai servir de subsídio, tanto para a fase 1
738 quanto para a fase 2. Portanto, a fase 2, depois de passado no Conselho, é emitido
739 diretamente um relatório consolidado. Depois desse relatório consolidado aí passamos ao
740 que todos querem saber, que é a questão minuta, a minuta é a mesma coisa, vai, passa
741 pelo fluxo das secretarias, coordenação técnica mais secretarias. Este grupo de
742 coordenação técnica e secretarias formam uma minuta, essa minuta é submetida aos
743 grupos, os grupos discutem, tem parecer e submetem ao Conselho para o parecer final.
744 Após esse parecer final ele é encaminhado à audiência pública, isso vai acontecer nas
745 duas fases. Após aprovado ele vai para essa etapa de implantação e monitoramento, que
746 faz parte das cinco etapas que nós observamos anteriormente. E nessa fase de
747 implantação e monitoramento, então, a gente pretende trabalhar em uma atualização e
748 plataforma, a implementação desse modelo de fato. Aí a gente vai ter diretriz de como ele
749 vai ser desenvolvido e a partir daí a gente vai passar a operar ele. A gente vai fazer um
750 monitoramento da cidade com indicadores de desenvolvimento e nessa etapa também a
751 capacitação de todos os agentes envolvidos no processo. **Vaneska Paiva Henrique (2ª**
752 **Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:**
753 Aqui a gente começou a discutir como funcionaria essa plataforma. A gente fez algumas
754 imagens de como poderia ser a cara da plataforma e a gente tinha muito essa ideia, por
755 isso está o nome das universidades, de trabalhar também com conteúdo produzido pelo
756 quadro técnico das universidades, através dos seus objetos de pesquisa para poder
757 também ter esse material como insumo para a decisão do planejamento urbano. Isso tudo
758 são questões que têm que ser consolidadas. A gente colocou um segundo slide, que seria
759 esse, talvez dê para ver, mas seria através da pesquisa de uma região, a pesquisa
760 espacial aponta quais os projetos e quais os diagnósticos, o que existe de material sobre
761 aquela área para também poder auxiliar, tanto no trabalho de quem estiver propondo uma
762 solução, um projeto, quanto à análise dos técnicos que fazem a avaliação de como esses
763 projetos atendem ou não ao espírito das estratégias do plano. Aqui a gente colocou
764 algumas das referências e acho que na última página a gente colocou também a nossa
765 equipe, né, Patrícia? Aqui ainda não está, falta uma parte dos técnicos, mas esse seria o
766 núcleo principal que tem trabalhado junto a essa coordenação técnica do projeto, para
767 também o pessoal poder conhecer um pouco mais dos nomes que integram a equipe.



768 Obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da**
769 **Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, meninas. Sempre contribuindo com a cidade e se
770 esforçando para fazer um trabalho qualificado, para a gente ter um processo de revisão do
771 Plano Diretor. (Aplausos). É isso aí, palmas para elas, merecem. As gurias estão aí no dia
772 a dia, construindo, sofrendo, aprendendo, mas eu não tenho dúvida que ao final desse
773 processo a gente vai estar mais maduro, mais evoluído, a cidade vai ter ganho com todo
774 esse processo de debate, de construção, que é natural. A gente disponibilizou a vocês
775 essa normativa, que reflete um pouco do que foi apresentado aqui, em desenho, em
776 gráficos, explicação. Ali está regulado isso, o trabalho técnico, consultivo, o Conselho do
777 Plano, como que isso vai se dar do ponto de vista de texto, né. Textualmente a construção
778 normativa, a ser feita pelo Secretário do Meio Ambiente titular da secretaria responsável
779 pelo gerenciamento do sistema municipal de gestão, que tenha a responsabilidade de
780 organizar esse processo de revisão do Plano Diretor, pela nossa secretaria, que depois
781 seguinte disponibiliza para vocês. Em havendo sugestão, proposição, crítica, por favor,
782 pode ser feita por escrito, para que fique registrado dentro do processo, para que a gente
783 possa responder, amadurecer, melhorar o nosso processo. Eu abro a inscrição para
784 dúvidas sobre a apresentação. Não? A gente tem uma Questão de Ordem do Conselheiro
785 Hermes. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do**
786 **Rio Grande do Sul – SAERGS:** Como nós já estamos às 19h35min, Secretário, eu sugiro
787 que os colegas aprovassem que a gente quebrasse o protocolo e dar a palavra para os
788 Amigos da Terra, que estão aí, porque, provavelmente, essa discussão vai adiante. Eu
789 acho uma indelicadeza, não é porque são os Amigos da Terra, uma entidade que a gente
790 conhece, mas qualquer convidado sempre teve aqui um tratamento diferenciado, no
791 sentido de falar antes. Nós vamos terminar abrindo um debate e eles vão sair daqui sem
792 poder se manifestarem. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio**
793 **Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Coloco, então, como já teve a apresentação,
794 em votação a possibilidade excepcional de a gente abrir somente a oportunidade de fala
795 desse representante da entidade Amigos da Terra. Depois a gente abre para perguntas e
796 respostas e pode estender o debate um pouco mais na nossa matéria mais técnica aqui.
797 Favoráveis à fala imediata dos Amigos da Terra. (Contagem de votos = 24 votos).
798 Contrários? Abstenção? **APROVADO.** Eu peço que o Fernando... Por favor, Fernando.
799 **Fernando, Amigos da Terra:** Boa noite a todos e todas. Prazer estar de novo neste
800 Conselho. A gente já teve a oportunidade há um ano estar participando deste Conselho.
801 sabemos do esforço que é toda terça-feira estar aqui neste processo de participação da
802 cidade, que muitas vezes a gente tem isso, tem o empreendedor na frente das
803 necessidades da população. É importante, porque hoje eu trago a situação do Amigos da
804 Terra, que é uma organização nascida aqui em Porto Alegre, que hoje está com uma
805 situação. Eu vou ler um texto que a gente preparou (Encaminhará o texto). A gente vem
806 fazer uma campanha que a Casa NAT resiste, Amigos da Terra resiste. É importante dizer
807 que o Amigos da Terra, já na década de 70, foi pioneiro na coleta seletiva em Porto Alegre,
808 teve o apoio do DMLU, o primeiro ponto de coleta foi a sede do Amigos da Terra. Em 96
809 nós já lutávamos pela ciclovias em Porto Alegre. Em 76 nós já denunciávamos as
810 queimadas na Amazônia, feitas por empresas, no caso a Volkswagen, também a
811 construção do Parque do Delta do Jacuí em 74/75, onde o Amigos da Terra foi pioneiro
812 nesse processo. Então, pela base da história na cidade, construção, que nós estamos
813 reivindicando esse espaço, estamos tão lutando, agradecendo aqui que todos tenham a
814 informação desse fato e que a gente possa juntos seguirmos lutando. Obrigado.
815 (Aplausos). **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e**



816 **da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado pela sua explanação, sem dúvida agrega
817 conhecimento aqui no nosso Conselho. A gente abre inscrição para dúvidas,
818 questionamentos a cerca da apresentação feita pela Secretaria responsável pela
819 elaboração do Plano Diretor. (Inscrições). A Questão de Ordem da Conselheira. **Maristela**
820 **Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Só um
821 esclarecimento, se eu posso também perguntar ao segundo orador ou apenas sobre o
822 Plano Diretor? **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente**
823 **e da Sustentabilidade - SMAMS:** Eu abri a inscrição para o Plano Diretor. De repente o
824 esclarecimento pode ser feito diretamente. Não temos essa previsão de esclarecimentos
825 na tribuna da manifestação externa. Abrimos a oportunidade para ele se manifestar.
826 Temos a Questão de Ordem da Conselheira. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso**
827 **Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Questão de Ordem, Secretário. Quando
828 uma pessoa da comunidade vem trazer uma demanda para nós, ela não espera só que a
829 gente ouça, fique quieto e não diga nada. Eu, por exemplo, tenho um questionamento que
830 gostaria de fazer a pessoa que esteve aqui apresentando. E eu acho que ter o legalismo
831 de querer que todas essas situações estejam previstas no Regimento é uma
832 arbitrariedade. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente**
833 **e da Sustentabilidade - SMAMS:** Perfeito. E me lembra aqui a nossa Assessoria Jurídica
834 que embora não esteja na previsão nós temos na nossa proposta, que não foi ainda
835 homologada pelo prefeito, essa previsão de que após a manifestação do participante será
836 facultado resposta ao período não superior a 1 minuto. Então, tem sim essa previsão, eu
837 corrijo e abro para a Conselheira Maristela fazer... Já esclareceu, Conselheira? Perfeito.
838 Conselheiro Felisberto, então, tem 1 minuto para manifestação. **Felisberto Seabra Luisi**
839 **(Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu queria em nome da
840 RGP. 01 saudar os Amigos da Terra, que é uma entidade que está sempre prestando
841 serviços relevantes à cidade, ao país. O Fernando muito bem colocou toda a explanação
842 da entidade, o trabalho que ela faz. Quem conhece a Magna Amélia, sabe a importância
843 que essa mulher teve na luta pela ecologia, pelo meio ambiente. Então, parabéns,
844 Fernando, e pode contar com a RGP. 01. E que os demais conselheiros se agreguem a
845 essa luta na manutenção dos Amigos da Terra no local que eles estão, que é na Olavo
846 Bilac. Obrigado. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos**
847 **- ACESSO CDH:** Eu gostaria de esclarecimento. Tu disseste que é um imóvel cedido pela
848 União. E qual o motivo, justificativa, que a União está solicitando esse imóvel? Segundo,
849 como tu já foste membro deste Conselho, o que tu imaginas, o que tu esperas que este
850 Conselho possa contribuir nessa situação que está sendo trazida a nosso conhecimento,
851 dentro das atribuições do Conselho? **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos**
852 **Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu ia perguntar a segunda
853 parte da pergunta da Conselheira Claudete. Então, queria fechar a nossa solidariedade do
854 Sindicato dos Arquitetos do Rio Grande do Sul, a gerente foi parceira, fez oficinas. E para
855 quem conhece a história do planejamento, da história da cidade, não tem como não
856 conhecer a Amigos da Terra. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário**
857 **Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Eu passo a palavra para
858 esclarecimentos. **Fernando, Amigos da Terra:** Então, o nosso objetivo é que todos
859 tenham ciência da situação, que pudesse de alguma forma nos espaços que estão
860 poderem se posicionar e conhecer o que está sendo discutido, a importância desse espaço
861 e da organização. No segundo momento é saber o nível, como está sendo trabalhada a
862 política pública, não só nós, mas várias comunidades e territórios estão sofrendo disso, às
863 vezes sem nem 90 dias de prazo, às vezes sem nem aviso prévio, estão sendo removidos



864 e tem situações. O Amigos da Terra, o nosso enfrentamento hoje na cidade, para fazerem
865 uma ideia, a gente luta contra a Mina Guaíba, a gente luta contra o processo que está
866 acontecendo na Nazaré, a gente está lá com os moradores, a gente sabe como está sendo
867 esse processo de ampliação do aeroporto e quem está pagando o preço disso, que são
868 aquelas famílias hoje em Porto Alegre. Então, a gente acredita que há possibilidade da
869 gente poder nesses espaços estar contribuindo. E aí, dentro dessa possibilidade das
870 discussões, ter alguma manifestação do Conselho, mesmo sabendo da diversidade dele,
871 mas que reconheça essa importância da organização. A gente participa no pleito do
872 Conselho já faz 4 gestões, como organização de Porto Alegre, participa para estar
873 presente no Conselho, normalmente a gente coloca outra organização, mas a gente
874 acredita neste espaço como um espaço importante para pensar a cidade, para dar acesso
875 à cidade a todos e todas. Então, se fosse possível uma manifestação deste Conselho seria
876 muito bom para a nossa caminhada. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e**
877 **Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado,
878 Fernando, pela manifestação. Se algum conselheiro, porventura, tiver uma sugestão de
879 encaminhamento que o faça por escrito, naturalmente, dentro das competências
880 estabelecidas pelo Plano Diretor, pelo regimento interno, de parecer, resolução, a gente
881 faz a distribuição, discute aqui, aprova ou não. Muito obrigado. eu abro para a inscrição, a
882 gente começou e não concluiu, para questionamentos a cerca da apresentação do Plano
883 Diretor, para que todos tenham a oportunidade por 1 minuto de levantar questionamentos.
884 (Inscrição). Encerrada, então, a inscrição. A gente passa a palavra ao Conselheiro Furtado,
885 um minuto. **José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de**
886 **Habitação – DEMHAB:** Boa noite. Quero parabenizar toda a equipe, na pessoa da
887 Patrícia. O acompanhamento que vocês realmente estão fazendo desde o ano passado,
888 que este Conselho faz desde 2017, da importância da revisão do Plano Diretor. Eu gostaria
889 de só fazer uma colocação, da forma, o exemplo que tu citaste de regularização fundiária.
890 É de responsabilidade deste município essa revisão deste Plano Diretor dar uma solução,
891 uma equalização da situação de regularização fundiária frente às áreas de APP. Nós
892 temos que equalizar isso, nós temos que fazer com que tenha um respaldo jurídico, porque
893 eu sei que o pessoal todo da arquitetura tem todo esse apanhado, essa arcabouço de
894 necessidade de fazer alterações que visem de fato a regularização fundiária. Eu noto
895 também que os técnicos da parte ambiental do município estão necessitando entrar com
896 maior colaboração. (Sinalização de tempo esgotado). Se nós não resolvemos a questão de
897 regularização fundiária, onde a maior parte da população está em situação irregular, da
898 cidade informal, nós não resolvemos realmente a questão de habitação e regularização
899 fundiária no Município de Porto Alegre. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e**
900 **Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Desculpa,
901 Conselheira Maristela. Nós abrimos e já fechamos a inscrição. **Tânia Maria dos Santos**
902 **(Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Eu divido o meu tempo
903 com a Maristela. Eu só queria uma informação sobre o estatuto. A primeira fase de gestão
904 começou agora em 2020, né. Então, ela se estende por 2020, a segunda fase começa em
905 2021? Começa em 2021, né? Com a implantação e monitoramento, é isso, né?
906 Monitoramento de todo esse trabalho que a gente vem desenvolvendo. Só que nós não
907 vamos mais estar aqui, né. Aí disseste que vai ter audiência pública, essa audiência já
908 aconteceu? Essa que aconteceu faz parte do Plano Diretor? Vai ter duas audiências na
909 primeira fase ou só na segunda fase? Eu estava dando uma olhada neste material,
910 gostaria de saber quem é que redigiu esse texto das nossas falas, porque essas falas não
911 condizem com o que eu falei. (Sinalização de tempo esgotado). Inclusive, tem várias



912 observações. A minha fala não é esta. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de**
913 **Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** A metodologia, a proposta é meritória no sentido
914 de ter sido esclarecidos alguns pontos, mas, porém, todavia, contudo, ela não teve uma
915 discussão com este Conselho. É uma proposta que vem pronta, ela não é construída com
916 o Conselho. O art. 44 é claro, o gestor do Plano Diretor é o CMDUA. Então, o Conselho
917 tem que ser exponencial nessa discussão. No Conselho temos vários conselheiros que são
918 eleitos e representam uma parte da sociedade e entidades que discutem e constroem
919 através das suas entidades o planejamento desta cidade. É importante que eles tenham
920 espaço para discutir isso. (Sinalização de tempo esgotado). Para finalizar, tem outro
921 conselho, que é o Conselho do Orçamento Participativo, que tem que ser ouvido, porque lá
922 existem demandas, existe toda uma visão de cidade e que tem que ser incluída nesse
923 processo, porque esse Conselho é o marco referencial e internacional, nacional, como
924 democracia participativa. Ele é reconhecido internacionalmente, que deu referência a esta
925 cidade. Então, é importante que este Conselho seja incluído na discussão. Obrigado.
926 **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO**
927 **CDH:** Eu tenho que, infelizmente, fazer aquele papel sempre antipático aqui. Nós estamos
928 aplicando, então, o tempo a uma resolução que não foi homologada ainda, porque nós
929 estamos restringindo as manifestações a um minuto de algo que ainda não existe.
930 Segundo, quero dizer que a apresentação eu acho que ela realmente é importante, ela tem
931 que ser trazida para todos, mas eu me sinto muito frustrada, porque a pauta é
932 apresentação da instrução normativa e da instrução normativa nós não vimos nada.
933 Inclusive, esta apresentação é a mesma que foi feita no Ministério Público e lá foi colocado
934 que é instrução ainda estaria sendo construída. E agora foi colocado aqui que a instrução,
935 esta apresentação reflete o que tem na instrução. Não posso deixar também de lastimar,
936 infelizmente, que nós não tivemos o acesso anterior com certa providência para a gente
937 poder se manifestar, foi encaminhada às três da tarde e sequer nos foi possibilitado.
938 Então, entendo como insuficiente este espaço que se coloca como discussão, porque isto
939 não é uma discussão. Eu gostaria de saber do secretário, qual vai ser a metodologia que
940 nós vamos adotar para, efetivamente, discutir e propor? Porque a discussão... (Sinalização
941 de tempo esgotado). Não tem tempo, Secretário! Nós não temos o Regimento
942 homologado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e**
943 **da Sustentabilidade - SMAMS:** A senhora concluiu ou quer que eu retire o microfone?
944 **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO**
945 **CDH:** Se o senhor quiser me cercear a palavra, sinta-se à vontade, Secretário, porque nós
946 não temos um regimento... **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do**
947 **Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Nós deliberamos como organização do
948 processo... **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos -**
949 **ACESSO CDH:** Já foi homologado, Secretário? **Germano Bremm, Presidente e**
950 **Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** A gente
951 deliberou no âmbito do Conselho, não foi homologado pelo Senhor Prefeito, mas nós já
952 deliberamos isso. Então, existe um acordo entre os demais conselheiros. **Claudete Aires**
953 **Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Secretário,
954 uma resolução só entra em vigor a partir da sua homologação. **Germano Bremm,**
955 **Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:**
956 Mais alguma pergunta? A senhora tem alguma dúvida? **Claudete Aires Simas (Titular),**
957 **Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Este é um espaço apenas de
958 perguntar, não é um espaço de manifestação. Nós não temos um espaço de discussão
959 neste plenário. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente**



960 **e da Sustentabilidade - SMAMS:** Na sequência nós temos inscrito o Conselheiro Hermes.
961 **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio**
962 **Grande do Sul – SAERGS:** É trágica esta situação, Secretário. É trágico a gente discutir
963 Plano Diretor em um minuto, conselheiros de darem ao (Inaudível) de dividir o tempo.
964 Como eu só tenho um minuto... (Falas concomitantes). Não dá para debater! Eu primeiro
965 quero agradecer o reconhecimento da Patrícia, que o plano de 99 incorporou toda a
966 legislação posterior que foi criada pelo estatuto da cidade. Realmente, o plano de 99 e o
967 de 79, eles eram avançados para a cidade, mas eu vou eternizar, porque é impossível
968 debater, é ridículo... **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio**
969 **Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Mas não é debate, é a apresentação,
970 perguntas e respostas. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no**
971 **Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** A Patrícia disse, eu não tenho como
972 argumentar, a cidade acontece no espaço público. Esse conceito, a cidade acontece em
973 tudo, até no ar, é um conceito. Eu sei que foi uma frase solta, mas isso demonstra um
974 pensamento... (Sinalização de tempo esgotado). **Germano Bremm, Presidente e**
975 **Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado!
976 Não temos mais inscritos. Peço à Conselheira Patrícia e demais técnicos auxiliem nos
977 esclarecimentos. Perdão, tem a inscrição do Conselheiro Gomes. **Luiz Antônio Marques**
978 **Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Duas coisas que
979 eu gostaria de falar. Primeiro, eu estava com a expectativa bem abaixo do que vocês
980 apresentaram. Agora nós temos um embasamento, nós temos um mapa, nós temos um
981 roteiro para fazer essa discussão da revisão do Plano Diretor. Eu dou os parabéns para
982 vocês. Quero registrar duas coisas, uma, eu participei da revisão do Plano Diretor de 99,
983 dentro do Conselho, de 97 a 98, representando o DEMHAB. Eu nunca vi uma discussão
984 tão democrática como está acontecendo agora. E mais, e mais, a quantidade, todo o
985 material produzido pelo site da Prefeitura... (Falas concomitantes). **Germano Bremm,**
986 **Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:**
987 Por favor, vamos nos respeitar! (Falas concomitantes). Conselheira Maristela! Conselheira
988 Maristela! A senhora está interrompendo! (Falas concomitantes). Conselheira, vamos
989 respeitar o tempo dele, tem mais alguns segundo para falar e vai encerrar. Por favor,
990 conselheiro, conclua! **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de**
991 **Planejamento Seis – RGP. 6:** Eu não vou concluir, já que o Presidente... (Falas
992 concomitantes). **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio**
993 **Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Gomes. Vamos
994 respeitar a fala dos demais conselheiros. A gente pode ter entendimentos divergentes, no
995 entanto, temos que respeitar a ordem das falas. Obrigado Conselheiro Gomes e desculpa
996 pela intromissão. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete –**
997 **RGP. 7:** Pedir desculpa, Secretário! **Germano Bremm, Presidente e Secretário**
998 **Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Sim, exatamente. (Falas
999 concomitantes). Conselheira! É uma questão ética. (Falas concomitantes). A Conselheira
1000 Patrícia. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos -**
1001 **ACESSO CDH:** A ética começa com a publicação de uma resolução que não foi publicada
1002 e nem homologada... **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio**
1003 **Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheira, por favor! A senhora continua
1004 falando sem a oportunidade de fala, que tem que ser por escrito, tem que se requerer. Vai
1005 ter o momento de fala oportuna. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria**
1006 **Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Eu vou fazer uma
1007 resposta rápida e a Vaneska também gostaria de se manifestar. Então, assim,



1008 especificamente, eu acho que a Tânia fez as perguntas, a questão das audiências, né.
1009 Então, na verdade, vão ter várias audiências. As etapas de leitura da cidade agora,
1010 apresentação das propostas e a fase final de etapa de aprovação. E aí na outra fase
1011 também, leitura da cidade, sistematização das propostas e fase de aprovação. Então, são
1012 previstas pelo menos seis audiências públicas, no mínimo seis audiências públicas. Neste
1013 ano são três audiências, até julho é prevista uma pelo menos. Tudo depende do
1014 andamento do processo. A questão que o Felisberto falou sobre o Conselho, acho bem
1015 importante falar disso, que é o seguinte, a gente tenta deixar o material o mais organizado
1016 possível, porque é um processo muito complexo. A gente verificou que começar a discutir
1017 sem um material como base era uma coisa muito complicada. A gente não ia chegar a
1018 lugar nenhum. Então, a metodologia que nós adotamos nesse caso era elaborar uma
1019 minuta e desta minuta estamos apresentando aqui para vocês. Então, eu entendo que
1020 vocês estão contemplado e a gente gostaria muito que vocês fizessem contribuições e
1021 queremos receber essas contribuições. A ideia, até respondendo a Claudete, que não está
1022 mais aí, é que a gente fizesse essa apresentação, que é perfeitamente compreensível
1023 tendo a instrução normativa ou não. Eu entendo que a própria leitura do texto ficaria mais
1024 complicado se a gente não tivesse feito a apresentação., porque ele é bem complexo.
1025 Então, o apoio gráfico é bem importante. Por isso que a gente encaminhou para vocês
1026 saberem, a gente fez os ajustes até o último momento. E esta apresentação a gente tem
1027 que encaminhar para vocês também, para ajudar. Mas a gente entende que essa
1028 discussão está acontecendo. Então, acho que é isso. **Felisberto Seabra Luisi (Titular),**
1029 **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Não respondeu ao Furtado. **Germano**
1030 **Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade -**
1031 **SMAMS:** O Furtado foi complementação. Lembrando que na próxima reunião vai ter
1032 oportunidade... A Vaneska quer complementar? **Vaneska Paiva Henrique (2ª Suplente),**
1033 **Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Só uma fala
1034 em relação do público privado, nós estávamos estudando o que estava previsto no plano
1035 de 98. Eu acho que aqui tem um trecho, se vocês me permitirem ler, esclarece bem qual é a
1036 nossa visão conceitual. Isso consta no plano comentado, essa edição é de 2000, mas é do
1037 plano de 99. Ele fala sobre a questão do congresso da cidade, sobre os eventos que
1038 aconteceram e coloca o seguinte: “O resultado deste trabalho aponta, primeiramente, para
1039 a mudança do conceito de planejamento de normativo, baseado essencialmente, em
1040 normas para a atividade privada, para estratégia no qual o poder público fortalece seu
1041 papel de agente articulador e propositivo, dando ênfase à atuação integrada dos diversos
1042 atores da construção da cidade”. Então, é bem nesse sentido que a gente fala, não é a
1043 questão do abandono, por óbvio o plano vai ter regras para regular a ocupação do privado,
1044 mas que ele enfoca nessa questão de interface para trazer qualidade de vida dentro do
1045 espaço público em que a gente entende que esse objetivo, que era previsto nesse plano
1046 anterior não foi alcançado. Obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário**
1047 **Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigada, Conselheira.
1048 Lembrando que na próxima reunião a gente vai ter oportunidade, tanto do
1049 encaminhamento formal de contribuições a cerca da proposta encaminhada, quanto a
1050 própria defesa de forma oral, daquilo que for encaminhado formalmente como proposição,
1051 contribuição a cerca dessa minuta apresentada. Peço desculpas pela forma dura que
1052 muitas vezes conduzo os processos, as nossas reuniões aqui, mas enquanto Presidente
1053 entendo como necessário para a gente ter um início, meio e fim, debates calorosos que
1054 sejam, mas que a gente consiga assegurar um processo democrático de participação e



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

1055 consiga realizar o nosso Plano Diretor da melhor forma possível. Obrigado. Boa noite.
1056 (Encerra-se às 20h10min).

1057

1058

1059

1060

1061

1062

1063 **Germano Bremm**

1063 **Secretária Executiva**

1064 **Presidente**

1064 **Relatora**

1065

1066

1067 **Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2020, ... retificações:**